

CIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO: REFLEXÕES A PARTIR DA REALIDADE DE FEIRA DE SANTANA

*Alfredo Barbosa de Oliveira Junior¹
Antônio Wilson Silva de Souza²*

Resumo: O artigo que traduz preocupações no campo da Educação Patrimonial, tem por objetivo apresentar reflexões sobre a relação entre Cidade, Memória e o Patrimônio Arquitetônico, tomando por base a realidade de Feira de Santana. Para tanto, confronta-se bases teóricas com a historiografia regional e a observação do que hoje se evidencia no espaço, desde a pesquisa bibliográfica e/ou documental, até o uso de referentes imagéticos como a fotografia. Concluiu-se que o acolhimento, de um ideal de civilidade tornou Feira de Santana um lugar de aviltamento do patrimônio arquitetural, do que resultou o descuido e consequente depreciação do espólio edificado na cidade.

Palavras-chave: Memória, Patrimônio Arquitetônico, Urbanização.

Abstract: This article reflects issues in the field of Patrimonial Education and aims to present reflections on the relationship between City, Memory and Architectural Patrimony, based on the city of Feira de Santana. Thus, theoretical bases are confronted with the regional historiography and the observation of what is evidenced presently in the space, from bibliographic and/or documentary research to the use of imagery referents such as photography. It was concluded that the acceptance of an ideal of civility turned Feira de Santana into a place of degradation of the architectural patrimony, which resulted in the carelessness and consequent depreciation of the cultural patrimony built in the city.

Keywords: Memory, Architectural Patrimony, Urbanization.

1 Introdução

Tratar da relação entre a Memória e o Patrimônio Arquitetônico tomando por referência a cidade de Feira de Santana, obriga qualquer interessado a considerar a imbricada vinculação estabelecida entre dinâmicas e práticas sociais mais abrangentes que

¹ Unidade de Ensino Superior de Feira de Santana-UNEF. Curso de Arquitetura e Urbanismo. abdf@gmail.com

² Universidade Estadual Feira de Santana – UEFS, Departamento de Letras e Artes. Programa de Pós Graduação em Desenho, Cultura de Interatividade. antoniowilsonsilva@gmail.com

transversam o processo de desenvolvimento e urbanização, estes ainda fortemente marcados pela contextualidade histórica que os ambienta. Neste sentido, é preciso inicialmente demarcar balizas que servirão de lastro a partir do qual aqui será desenvolvida a reflexão, uma vez que ao falar da Memória corre-se o risco de reproduzir abstratas argumentações sem conexões plausíveis com a realidade, quando em verdade, como categoria de análise “ela não aparece como uma instância voltada para o passado. Devemos imaginá-la como uma relação dinâmica entre passado e presente. A memória é um elemento muito enraizado no presente “ (BOLLE, 1984, p. 13).

No caso de Feira de Santana este intento se torna ainda mais arriscado, tendo em vista que a cidade que se edificou foi forjada a partir de uma matriz agropastoril católica configurando, ao longo dos tempos, uma sociedade assentada nas atividades econômicas, sendo o comércio sua principal fonte de acumulação. Tal particularidade tem uma centralidade nos processos consequentes de desenvolvimento e urbanização, no que a Memória, esta incansável luta contra o esquecimento, é sempre vilipendiada. Afinal, as bases sobre as quais se estabelecem as referências de desenvolvimento, progresso e civilidade partem da intransigente repulsa a tudo que for tradicional, antigo ou remetam ao passado, já que o novo é tudo que apaga traços e vestígios do que era a cidade.

Para alguns estudiosos da dinâmica da urbanização, intensificada a partir do século XX, esta tendência configura uma nova postura concebida como moderna, contemplando a implementação radical de um conjunto mais amplo de modificações na organização espacial da cidade, tendo como principal foco a difusão de um novo desenho para o urbano, cuja principal característica corresponde à destruição e/ou apagamento de tudo aquilo que remetesse ao passado. Neste sentido, Eurico Alves Boaventura, ensaísta dedicado à preservação da Memória feirense, ao referir-se às mudanças ocorridas na cidade nas décadas iniciais do século XX, assim denuncia: “Mudaram-se os tempos [...] Dinamismo, vida nova, movimento e movimento. Nunca mais poderá se dizer ‘Cidade do Silêncio e da Melancolia’. Foi-se esse tempo [...] Edifícios que sobem vaidosos pelos músculos seguros de seis e sete andares” (BOAVENTURA, 2006, p. 102), o que reafirma que desde a primeira metade do referido século já havia preocupação com a preservação do que fora construído historicamente pela coletividade.

Comprometida com o reconhecimento da cidade como ambiente preferencial de produção de sentidos e tomando por referência as representações a ela associadas,

Sandra Pesavento, historiadora que tão amiúde se debruçou sobre a perspectiva da História Cultural, ao discutir a relação entre Memória e o Patrimônio acredita que “uma cidade, pois, inventa seu passado e cria o seu futuro para explicar o seu presente” (PESAVENTO, 2005b, p. 14), o que parece não se aplicar à cidade de Feira de Santana.

Estabelecidas estas ponderações introdutórias, cumpre-se então um percurso discursivo que tem por objetivo apresentar reflexões acerca da relação entre Cidade, Memória e o Patrimônio Arquitetônico, tomando por base a realidade da cidade de Feira de Santana. Trata-se de um estudo circunscrito às inquietações teóricas quando postas em confronto com a historiografia regional e a observação do que hoje se evidencia no espaço urbano feirense contemplando dois exemplares do Patrimônio Arquitetônico, um deles ainda existente e o outro que não mais é possível identificar nenhum vestígio, uma vez que, em seu lugar, foram construídas outras edificações. Transita-se, portanto, no âmbito da Memória, do Patrimônio e suas visualidades, o que de imediato nos impõe um cuidado mais apurado uma vez que “os problemas visuais têm despertado interesse crescente, juntamente com outras dimensões sensoriais da vida social. Afinal, é pela mediação dos cinco sentidos e seus suportes que a vida social é viável” (MENEZES, 2005, s/p).

Metodologicamente optou-se por uma conjunção de estratégias e procedimentos, contemplando a pesquisa bibliográfica e/ou documental, a reunião de referentes imagéticos, como a fotografia, além de argumentos extraídos das publicações de jornais feirenses, considerando estes como porta-vozes das idéias, projetos e valores dos segmentos hegemônicos no contexto da sociedade local. O uso de recursos visuais neste estudo considera que “em seu próprio nome, as imagens com sucesso atestam a ausência do que elas fazem presente” (BELTING, 2005, p. 76). Especialmente em relação ao uso da fotografia como fonte, nesta perspectiva

A fotografia é interpretada como resultado de um trabalho social de produção de sentido, pautado sobre códigos convencionalizados culturalmente. É uma mensagem, que se processa através do tempo, cujas unidades constituintes são culturais, mas assumem funções sógnicas diferenciadas, de acordo tanto com o contexto no qual a mensagem é veiculada, quanto com o local que ocupam no interior da própria mensagem (MAUAD, 1996, p. 7).

A análise empreendida se sustentou nos aportes teórico-metodológicos subsidiários da História Cultural, bem como das referências conceituais dos estudos sobre a Memória e o Patrimônio Arquitetônico uma vez que, ao nos valermos da categoria representação alinhamos nosso pensamento com as ideias de Roger

Chartier que a entende como “compreensão que os homens buscam do funcionamento de uma dada sociedade ou as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo” (CHARTIER, 2002, p. 23).

Este texto, em sua organização discursiva, além desta Introdução, apresenta em sequência, uma discussão voltada para a relação conflituosa entre a Memória e a cidade de Feira de Santana, sendo seguida pelo desdobramento deste enfoque voltado para o Patrimônio Arquitetônico. Afinal, a Memória integrante da identidade coletiva deve ser pensada em termos mais próximos da noção de cultura que “não se refere tanto aos produtos, mas ao seu uso. Devemos pensar a cultura como um processo através do qual os homens, para poderem atuar em sociedade, têm que constantemente produzir e utilizar bens culturais. Essa é a única forma pela qual podem organizar a vida coletiva” (DURHAN, 1984, 23).

À guisa de conclusão, são apresentadas então as considerações finais decorrentes do percurso analítico desenvolvido. Não se trata de um texto definitivo que pretensamente busca a apresentação de concepções inquestionáveis, pelo contrário, trata-se de uma iniciativa alinhada com as recorrentes preocupações da Educação Patrimonial e seu inesgotável enfrentamento em prol da luta pela proteção e salvaguarda do Patrimônio, neste caso, em sua expressão arquitetônica, uma vez que se considera, em consonância com o pensamento de Ricouer (2007, p; 157) que “cada novo edifício inscreve-se no espaço urbano como uma narrativa em um meio de intertextualidade”, o que reafirma a sua importância como articulador da Memória.

2 A cidade e a memória: a realidade de Feira de Santana

Abordar a relação entre cidade e Memória suscita o problemático reconhecimento de que se trata de um espaço de tensões visto que historicamente o processo de desenvolvimento urbano sempre esteve marcado pela determinada superação de tudo que fosse considerado ultrapassado, obsoleto ou tradicional. Tal concepção necessariamente implicou na inevitável atitude de descaso e negligência com tudo que estivesse vinculado ao Patrimônio e à Memória, já que, conforme defende Sandra Pesavento,

Entre registros de pedra, de papel e reminiscências, o tal passado a recuperar é, na verdade, somente acessível pelo esforço da imaginação, uma vez que se trata de uma experiência que se passou no tempo do *já acontecido* ou para muito além deste, por fora da experiência do vivido (PESAVENTO, 2005a, p. 11).

Iniciativas de valorização da Memória vinculadas à sua dimensão urbana nem sempre são vistas como necessariamente importantes e articuladas à concepções mais amplas de Patrimônio e sua relação com os processos coletivos de reafirmação da indenitária e de cidadania. Deste modo, preocupações com a preservação da Memória urbana, de modo recorrente, têm sido caracterizadas como atitudes saudosistas, o que denota uma compreensão equivocada do processo histórico. É como se a Memória, esta incansável luta contra o esquecimento, subvertesse a lógica contemporânea centrada no valor de mercado, que seleciona, enquadra e exclui tudo o que não estiver em consonância com modelos atuais de acumulação material disseminados pela sociedade capitalista globalizada.

Se, conforme Marilena Chauí, a Memória é uma “atualização do passado ou presentificação do passado [...] registro do presente para que permaneça como lembrança” (CHAUÍ, 2000, p. 159), a preocupação com sua preservação não pode ser deixada de lado em detrimento de interesses de mercado. Afinal, “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho” (BOSI, 1994, p. 55).

Assim posto, tratar da Memória ancorada na perspectiva urbana em Feira de Santana implica na inquestionável retomada de referentes da historiografia regional, o que leva à consideração dos estudos de Oliveira (2016), Ramos (2007), Silva (2000), Reis (2012), Costa (2013) Freire (2011) e Queirpz e Porto (2018), dentre outros, que tão expressivamente se dedicaram à garimpagem histórica para desvelamento do passado, o que leva à geração de pesquisadores comprometidos com a luta contra o esquecimento. Não seria excessivo afirmar que sob a proteção da musa Clio, estes jovens pesquisadores buscaram encontrar a mítica mãe Mnemósine, e assim reafirmar o urbano a partir de “duas formas específicas de representação do passado: a memória e a história” (PESAVENTO, 2005a, p. 10). Na contramarcha desta trajetória, a realidade vivenciada pela sociedade feirense aponta para a desvalorização do Patrimônio edificado, o que é justificado pelas iniciativas que almejam a modernização urbana. Corroborando com este projeto,

No início do século XX, ocorrem na cidade, novas e importantes obras realizadas pelo poder público, com vistas a dar à cena urbana local, uma aparência de metrópole. As modificações atendiam ao novo contexto que surgiu com a recém-proclamada República e a própria situação estratégica do município que permitia a ligação entre o interior do Estado com a Capital e também com o Recôncavo baiano (QUEIROZ; PORTO, 2018, p.s/p).

Ao referir-se ao período em foco, o arquiteto Juraci Dórea, também notifica este processo de transformação urbana, inclusive nomeando espaços públicos e edificações, além de exemplares da iniciativa privada:

Entre fins do século XIX e início do século XX, uma onda de prosperidade modernizou o seu espaço urbano, que passou a exibir várias obras públicas importantes, entre as quais, o Mercado Municipal (1914/15), os coretos das praças Bernardino Bahia (1915), Monsenhor Renato Galvão (1916) e Fróes da Motta (1917), o Grupo Escolar J. J. Seabra (1916), Escola João Florêncio (1917) e o Paço Municipal (1926). O processo de modernização contou também com a cumplicidade da sociedade local, responsável pela edificação de dezenas de casarões que passaram a embelezar a cidade, a exemplo da Casa de João Pedreira (Palácio do Menor), Vila Fróes da Motta, Casa de João Marinho Falcão, Chácara de Tertuliano Almeida (Solar Santana), Casa de Chico Pinto e Casa da Torre, entre outros (DÓREA, 2008, p. 106-107).

No entanto, se por um lado o desejo de proximidade com outros centros que serviam como referência de civilidade alinhava-se aos ideais de civilidade, em Feira de Santana este projeto se sustentou na difusão de um *ethos* urbano que defendia a superação de tudo que mantivesse as marcas do passado agropastoril. Prova disto é a constatação que Eurico Alves Boaventura registra em seus escritos:

Na velha paisagem sertaneja, Feira de Santana sempre foi um claro sorriso de tranquilidade. De chofre, porém, transforma-se a cidade sossegada e se movimenta. De uma hora para outra. E mal se consegue atualmente passar pela Praça João Pedreira, a do Comércio, com tanto carro estacionado nos dois lados e outros em movimento atribulado [...] Em 1940, daí para frente, todavia, operou-se repentina transformação aqui na vida urbana (BOAVENTURA, 2006, p. 84).

Ilustrando tal argumento, considera-se que as fotografias são importantes “vestígios de um passado, admiráveis realidades em suspensão, caracterizadas por tempos muito bem demarcados: o de sua gênese e o de sua duração” (KOSSOY, 2014, p. 131), que inclusive denotam e denunciam que a “hegemonia da fonte escrita e oficial se vincula, então, diretamente ao desprezo, na historiografia, por um valioso e diversificado conjunto de fontes, como as visuais” (KNAUSS, 2006, p. 101). Neste sentido, a Figura 1 traduz exatamente este contexto.

Este projeto de modernização que tão acintosamente ameaça à Memória urbana não é recente. Para Aldo Silva, “as transformações experimentadas pela sociedade brasileira durante a virada do século XIX para o XX [...] [traduzem] o arrefecimento do anseio por uma sociedade civilizada” (SILVA, 2000, p. 14), pensamento que se dissemina sob a tutela de um propósito mais amplo de

modernização. Tal idéia corrobora o pensamento de Cristiana Barbosa Ramos, para quem também na cidade de Feira de Santana se verificou tal intento com vistas às transformações necessárias para inserção no cenário do mundo civilizado:

Assim como em outras do país que buscavam empreender um projeto de cidade ideal conforme os discursos civilizadores da república, calcados num processo de disciplina e normatização social estabelecidos pelas elites locais, levadas a efeito por reformas urbanas sob o discurso de um ideal de civilização e progresso, com vistas, segundo esse mesmo grupo social, oferecer à 'população' um ambiente prazeroso e higiênico, implicando ainda no controle e ordenamento das camadas mais populares da sociedade, excluídas de tais benesses (RAMOS, 2007, p. 25).

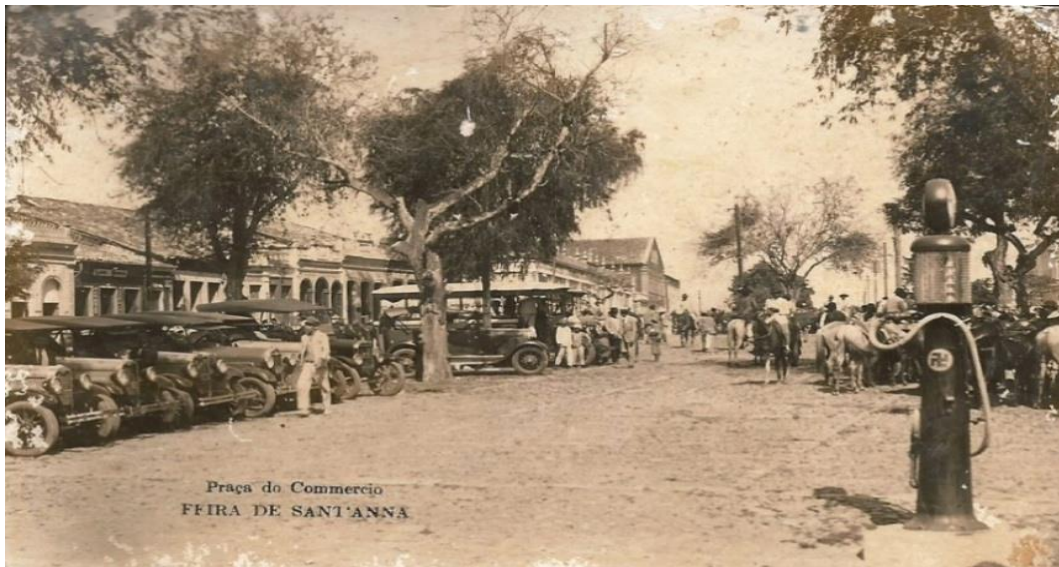


Figura1: Praça do Comércio, década de 1930. Fonte [http:// www.feiradesantana.ba.gov.br](http://www.feiradesantana.ba.gov.br)³

Assim posto, depreende-se que o alcance da condição de urbe moderna estaria vinculado às prerrogativas alinhadas com as ideias advindas da matriz positivista que amalgamavam a nascente República, além dos referentes higienistas de salubridade que tão fortemente alicerçaram o imaginário social a partir do qual foram forjadas as mudanças da concepção de Cidade Sanatório ou Petrópolis baiana⁴ para Urbe moderna.

³ Disponível em

<http://www.feiradesantana.ba.gov.br/memorialdafeira/conteudo.asp?catimg=1#gallery1-38>. Acesso em 24/05/2020.

⁴ Conforme Aldo Silva, "Se o comércio foi sempre a essência a animar a existência da sociedade feirense, o seu principal elemento de reconhecimento junto à população e ante outras regiões foi, da segunda metade do séc. XIX à primeira década do séc. XX, a especialidade do seu clima. Com efeito, no decurso do período em questão, expressões como *cidade sanatorium* ou 'Petrópolis da Bahia' tornam-se comuns e já revelam, de imediato, a visão de que a especialidade da terra encontrava-se em sua capacidade de cura e/ou preservação da saúde daqueles sob sua influência" (SILVA, 2000, p. 28)

Remetendo ao propósito deste texto, tal contextualização histórica reafirma a compreensão de que a Memória como elemento determinante para constituição da identidade social sempre foi e continua sendo fortemente ameaçada em Feira de Santana. Prova disto é o recorrente descaso em relação às expressões do Patrimônio edificado que sucumbem frente à especulação imobiliária e ao perverso *modus operandi* de uma gestão pública inoperante que insiste em impor uma concepção de mobilidade e desenvolvimento urbanos contemplando estratégias escusas como a derrubada de árvores para construção de trincheiras que equivocadamente são nomeadas de viadutos, além da convivência com a demolição de edificações representativas do Patrimônio arquitetônico e que corresponde ao que Pierre Nora categorizou como lugares de Memória⁵.

Assim considerado, vale destacar a fluidez com que a Memória é tratada no contexto da sociedade feirense contemporânea, o que indubitavelmente incorre no risco de um enquadramento que perversamente esquadrinha, seleciona e exclui o que deve e o que não deve ser lembrado. Neste caso, a luta contra o esquecimento se reveste de determinações ideológicas compondo um repertório constitutivo de representações⁶ sobre a cidade e sua Memória que, conforme Chartier (2002, p. 17), “embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que a forjam”.

3 A memória e o patrimônio arquitetônico em Feira de Santana

Tratar do Patrimônio arquitetônico feirense na perspectiva da sua articulação com a Memória remete à consideração de uma contextualidade histórica que justifica padrões de sociabilidade tradutores de um projeto mais amplo da elite política e economicamente dominante. Neste sentido, tanto as inovações cuja vestigialidade ainda que escassamente, possa ser identificada nas edificações remanescentes, quanto às inflexões materializadas na tessitura do espaço urbano, são indiciárias de uma comprometida concepção do que seja Patrimônio Cultural, Patrimônio Arquitetônico e Histórico, que de modo recorrente vem sendo difundida na cidade.

⁵ Para ele, “esses lugares de memória são fundamentalmente vestígios do passado, as últimas encarnações de uma consciência da memória que sobrevive numa época histórica que não recorre à memória, pois a abandonou [...] aparecem em virtude da desritualização do nosso mundo” (NORA, 1985, p. 22).

⁶ Sandra Pesavento as considera como “a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou material, que se distancia do mimetismo puro e simples e trabalha com a atribuição de sentido” (1995, p. 280).

No encaço globalizante de metropolização dos sítios urbanos, também em Feira de Santana à Memória são atribuídas adjetivações que remetem ao velho, obsoleto e inútil. Neste caso, o que é registro de temporalidades e sociabilidades passadas configura retrocesso, nostalgia e saudosismo, como se uma cidade não fosse ela própria, conforme Rolnik (1995, p. 7-8), “fruto da imaginação e trabalho articulado de muitos homens [...] uma obra coletiva que desafia a natureza”. Afinal, de acordo com Pesavento (1995, p. 281), “considerando a cultura como uma rede de significados socialmente estabelecidos (GEENZ, 1981), a cidade é o espaço por excelência para a construção destes significados, expressos em bens culturais”, do que resulta a compreensão de que estes bens precisam ser preservados, reconhecidos e valorizados, o que se acentua quando o olhar é direcionado para as edificações e monumentos e suas especificidades no que se refere às técnicas construtivas e materiais utilizados. Afinal como já anunciava Calvino (1972, p. 7),

A cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.

Assim posto, entende-se que a paisagem traduz “sua tecnologia, de sua produção material; seus monumentos e seus pontos simbólicos falam da vida mental dos que nela habitam [...]; seus caminhos e seu trânsito falam das mais diversas atividades que no seu interior se produzem” (BARROS, 2011, p. 40-41). E como produção material, o Patrimônio Arquitetônico se constitui em exemplar tradutor desta imbricada relação com a Memória.

Na abordagem aqui contemplada, entende-se a necessidade da tomada de alguns exemplares do Patrimônio Arquitetônico feirense como aporte para a reflexão a ser empreendida. No entanto, não é excessiva a consideração de que é preciso aportá-la historicamente, já que a cidade é sempre essa imbricada relação entre tempo e espaço. Deste modo, se ao tratar do Patrimônio Arquitetônico é imprescindível considerar os sistemas construtivos, materiais utilizados, além das técnicas adotadas, no que a pesquisa histórica seja esclarecedora.

Conforme já aludido, a partir da virada do século XIX para o XX, em especial na primeira metade do século XX é que se verifica em Feira de Santana uma deliberada adesão ao ideal de civilidade fundado nas concepções modernas de higienização e disciplinamento do espaço urbano, além do seu uso civilizado. Corroborando esta

idéia, Clovis Ramaiana Moraes Oliveira, ao referir-se à construção do novo Paço Municipal assim defende:

Para erguer o Palácio da Municipalidade, além da derrubada de igrejas e sobrados senhoriais, era fundamental a existência de um ordenamento legal, que desse suporte ao poder público na investida (de dotar as ruas de uma paisagem urbanizada (OLIVEIRA, 2016, p. 142).

Não foi apenas o Paço Municipal que moveu esta dinâmica de transformação do espaço urbano, o que incluía a derrubada de preexistências. Motivadas pela superação das estratégias constitutivas da identidade de Terra de São Natureza e Empório Comercial para Urbe Moderna, as elites políticas feirenses não economizaram esforços no sentido de forjar um modelo de cidade para Feira de Santana que traduzisse a sofisticação do moderno, a funcionalidade do civilizado, tudo isso associado à eficácia do centro urbano economicamente desenvolvido que de modo tão competente além de fazer surgir uma nova urbe, apagava tudo o que remetesse ao seu passado agropastoril. E tudo isso refletido no Patrimônio edificado, nos sistemas construtivos e materiais utilizados como foi o caso a substituição do adobe pelo tijolo de cerâmica. Tal constatação encontra aporte nas ideias de Oliveira (2016, p. 149) ao defender que “o aumento da capacidade tecnológica, a oferta variada de materiais e a especialização permitiram, além das micro transformações na paisagem, a construção de interdições, por parte do poder público, contra as formas tradicionais de construção urbana”.

Até este ponto da reflexão aqui apresentada, o propósito foi tão somente o de demonstrar como uma espécie de estranhamento social se estabelece e difunde diante do que alude à Memória e ao Patrimônio e diretamente dialoga com o nosso passado histórico frente às transformações na paisagem urbana e no Patrimônio Arquitetônico. Não se trata do hiperdimensionamento do passado, mas, sobretudo a consideração de que não podemos descartá-lo como se não tivesse acontecido, principalmente porque ao defender uma estratégia de Educação Patrimonial se acredita que além do respeito à cultura como direito de cidadania, enfatiza-se a Memória coletiva como elemento determinante para constituição de uma identidade social, o que no caso de Feira de Santana é subjugada aos interesses políticos, além da especulação imobiliária que entre nós se apresenta como a face mais perversa do capitalismo que mercantiliza artefatos, pessoas e a própria produção humana, não deixando de lado o patrimônio edificado, primando pela troca, compra ou venda.

Postas estas ponderações, passemos então a uma reflexão mais aproximada de alguns monumentos constitutivos do Patrimônio Arquitetônico feirense. Iniciemos pela primeira e antiga sede própria do Imperial Asylo dos Enfermos Dom Pedro II, aqui representado pela Figura 2.



Figura 2: Imperial Asylo dos Enfermos Dom Pedro II. Fonte: <https://www.facebook.com>⁷

Construído inicialmente para outro fim⁸, conforme Oliveira Junior (2019, p. 68), para seu funcionamento como Hospital foi “decisiva a participação do Coronel João Pedreira de Cerqueira, feirense culto e afortunado, um ferrenho defensor da sua terra”. Ainda de acordo com Oliveira Junior (2019), o desembargador Felinto Bastos em conferência proferida no antigo Teatro Sant’Anna, em 30 de junho de 1917, assim exaltou o trabalho do Coronel em prol do Hospital da Santa Casa de Misericórdia:

Um dos melhores edifícios desta cidade, o hospital da Santa Casa de Misericórdia, foi por ele construído, custando-lhe uma elevada somma, e depois por ele transpassado por quantia, relativamente pequena, para auxiliar a pia instituição. Não quis ele que continuasse mal instalada a fundação do Dr. Luiz Antonio Pereira Franco, então Juiz de Direito desta Comarca (BASTOS, 2006, p. 25 apud OLIVEIRA JUNIOR, 2019, p. 68)⁹.

Tombada pelo IPAC em 18/09/2008, o que reafirma sua importância para a constituição da identidade cultural da cidade, a edificação hoje traduz a falta de empenho do poder local em cuidar de seu Patrimônio. Prova inconteste é o estado em

⁷ Disponível em www.facebook.com/1406411286240515/photos/a.1406414886240155/1646244642257177. Acesso em 13/04/2020

⁸ O referido Coronel iniciou a edificação com vistas à sua utilização como residência.

⁹ Respeitada a grafia original do texto do desembargador Felinto Bastos.

que se encontra aquele bem, como demonstrado pela Figura 3, o que é reafirmado pela patética declaração de um gestor municipal ao afirmar que “sempre desejou que o espaço estivesse funcionando plenamente, mas mantendo a estrutura arquitetônica, já que é um prédio tombado”¹⁰:



Figura 3: Prédio do Antigo Imperial Asylo dos Enfermos Dom Pedro II, 2020.
Fonte: site [acordacidade](http://acordacidade.com.br), 2019¹¹

Obviamente, a realidade não coincide com as declarações falaciosas do referido gestor, visto que o estado em que se mantêm o Casarão com o decorrer dos anos é uma prova inconteste de que à Memória não coube a importância que lhe é própria, como se em Feira de Santana não lutássemos também contra o esquecimento, o que não é verdadeiro. Afinal, conforme defende Sandra Pesavento, “o direito à cidade, fundamental na construção do que se pensa como cidadania, é fundamentalmente, um direito à história, à memória, à identidade” (PESAVENTO, 2005a, p. 14).

Seguindo o propósito discursivo aqui perseguido, a atenção se volta então para uma outra edificação, esta revestida de profunda peculiaridade já que não se encontrar nenhum elemento material ainda que seja sob a forma de ruína, haja vista que em seu lugar atualmente se localizam lojas comerciais e um amplo estacionamento.

Trata-se do antigo Ginásio Santanópolis (Figura 4), que no contexto dos padrões de modernidade civilizatória próprias da década de 1930, representava um ambicioso projeto educacional cuja implantação teve expressivo impacto sobre a história, além

¹⁰ Conforme a reportagem **Licitação para construção de Restaurante do comerciante e Teatro será em junho**, veiculada no site www.acordacidade.com.br, em 05/05/2014.

¹¹ Disponível em acordacidade.com.br/noticias/123978/licitacao-para-construcao-de-restaurante-do-comerciante-e-teatro-sera-em-junho.html?mobile=true. Acesso em 1/09/2019

da sua importância para a Memória coletiva. Afinal, por ali personalidades de destaque da sociedade local também estiveram na condição de aprendizes, muitas das quais, em suas trajetórias de vida, marcaram tão fortemente a história social, política, econômica ou cultural da cidade.



Figura 4: Ginásio Santanópolis, década de 1930.

Fonte: <https://www.facebook.com>¹²

Diretamente vinculado à figura do educador Aúreo Filho, seu fundador, concebido como “maior e mais conceituado, entre os novos estabelecimentos, [...] sempre considerado o Colégio Santanópolis, fundado na cidade em meados de 1930 e que, desde o começo¹³, oferecia também curso de Contabilidade” (POPPINO, 1968, p. 298).

Algumas peculiaridades revestem sua edificação uma vez que a localização na nova Avenida Maria Quitéria, hoje Getúlio Vargas, um prolongamento da Praça do Comércio, concretizava os anseios de civilidade e expansão urbanas que o projeto modernizador por aqui defendido foi progressivamente sendo posto em prática. De acordo com Oliveira (2014, p. 46), a localização da instituição e sua concepção arquitetônica denotavam ser a primeira edificação “da rede privada na região a fazê-lo, e pautado nas mais modernas orientações para as construções escolares da época, além de em tudo obedecer ‘as prescrições da higiene escolar’”, contribuindo com a consolidação do projeto mais amplo das elites locais de inserção de Feira de Santana

¹² Disponível em

<https://www.facebook.com/1406411286240515/photos/a.1406414886240155/1617836941764614>.

Acesso em 14/04/2020

¹³ Respeitada a grafia original do texto.

no contexto civilizado, desfrutando inclusive de uma localização privilegiada em relação ao Paço Municipal, centro decisório da cidade, e início da expansão da nova avenida em fase de pavimentação.

Renomado centro educacional e incentivador cultural, o antigo Ginásio não resistiu à especulação imobiliária e aos ardis que a expansão capitalista empreendeu a partir dos anos 60. Prova disto foi sua destruição e subsequente construção de um hotel cuja duração efêmera resultou numa negociata que redundou na edificação sem uso a não ser do seu pavimento térreo que abriga uma Farmácia e um amplo estacionamento, além de outros estabelecimentos comerciais como lanchonete e farmácias, conforme Figura 5.



Figura 5: Predio situado no local do antigo Ginásio Santanópolis, 2020.
Fonte: www.google.com/maps/¹⁴

Hoje, transitar pela região onde outrora se localizava o Ginásio Santanópolis é constatar o que a ausência de iniciativas e estratégias de Educação Patrimonial, que é dever da gestão pública local, só contribuem com a negação da Memória. Afinal, recorrentes reportagens jornalísticas em que o poder público é consultado, o posicionamento é sempre de extremo equívoco, como pode ser comprovado pela recente intervenção no Monumento ao Caminhoneiro, conforme notícia veiculada pelos sites *Acorda Cidade*¹⁵ e *Folha do Estado*¹⁶, em que representantes da gestão municipal não tem conhecimento do que seja uma reforma, restauro, recuperação e

¹⁴ Disponível em <https://www.google.com/maps/@-12.2553711,-38.9644237,3a,75y,173.5h,104.96t/data=!3m6!1e1!3m4!1s0W2sXleOUW6ELiIM72Ki9g!2e0!7i16384!8i8192?hl=pt-BR>. Acesso em 28/04/2020

¹⁵ Marcos Lima diz que obra do Monumento ao Caminhoneiro ainda não foi concluída e será vistoriada. Reportagem publicada em 13/03/2019, disponível em www.jornalfolhadoestado.com

¹⁶ Monumento do Caminhoneiro será reformado. Reportagem publicada em 13/12/2018, disponível em www.aacordacidade.com.br

manutenção, utilizando erroneamente termos técnicos sem nenhum domínio conceitual, o que inequivocamente incorre no tratamento destinado aos bens culturais materiais constitutivos do Patrimônio Arquitetônico feirense que é integrante do Patrimônio histórico .

No contexto do que aqui foi apresentado, cabe destacar que, conforme Cecília Londres (2005, p. 162),

Quando falamos de patrimônio histórico não estamos nos referindo a coisas, a uma ou algumas classes de objetos, e sim ao resultado de ações humanas, a um processo contínuo de selecionar, guardar, conservar e transmitir determinados bens, materiais e imateriais, a que se atribuem determinados valores.

Assim posto, depreende-se que a Memória e o Patrimônio Arquitetônico, como expressões identitárias de uma coletividade não devem ser negligenciadas em sua essência e importância já que a Arquitetura almeja “uma vitória sobre o tempo, uma permanência e estabilidade. Em termos gerais, a arquitetura inscreve no espaço uma forma que aspira a durabilidade” (PESAVENTO, 2005a, p. 15).

4 Considerações finais

O processo de modernização, no Brasil, via de regra, tem anulado os sinais da vida criativa que o passado derramou na face das cidades. Tornando árido o solo de um urbanismo acentadamente comandado por impulso capitalista, ladeado e tendenciosamente disfarçado de movimento higienista, esse processo foi se espalhando pelo país, alcançando não apenas as zonas metropolitanas, mas também terras do interior dos estados, abrangendo o espaço rural, razão pela qual foi possível constatar os rastros desse nefasto e falso avanço em Feira de Santana.

O acolhimento, diria mesmo imposição, de um ideal de “civilidade” disseminado na cidade, entre o ocaso do século XIX e o dealbar da centúria subsequente, tornou Feira de Santana um lugar de aviltamento do patrimônio arquitetural. Fruto de enganosa compreensão do conceito de civilidade associada a movimento de caris higienista e emancipatório, foram patrocinados o descuido e a depreciação do espólio edificado na cidade.

O descaso evidente do poder público em relação à ação nada edificadora de ocultação dos monumentos arquitetônicos representativos da história da cidade é, ainda hoje, aplaudido pelo séquito de empresas imobiliárias que atuam em consonância com a acumulação de renda, agindo a qualquer custo no sentido de

apagar os rastros de um urbanismo que outrora ergueu com tanta dignidade o Imperial Asylo de Enfermos D. Pedro II e o Ginásio Santanópolis. Esse olhar acadêmico que, analisando, lamenta o estado de ruínas a que chegaram em decorrência do menosprezo político, faz também refletir sobre o caráter singular imposto pela configuração simbólica que revestem essas duas edificações, implantadas no semiárido da Bahia, apesar do apagamento promovido pelo desdém oficializado impingido aos bens culturais do patrimônio histórico da Feira de Santana.

Fazer Memória significa mais do que recordar, traduz a vontade de fazer reerguer a consciência do valor histórico dos monumentos, significa reimplantar as bases para uma formação adequada à educação patrimonial. O processo de modernização do espaço urbano requer respeito pelo passado, imersão clarividente no presente, para poder se obter do futuro uma resposta acolhedora das transformações que venerem a essência e o valor simbólico da cultura.

Fazer Memória expressa aqui um impulso de reconhecimento da importância cultural e arquitetônica do semiárido, é reafirmar à Feira de Santana o estatuto bem merecido de Princesa única do Sertão da Bahia. Nesse sentido, que desmorone a sordidez dos rompantes capitalistas e soergam-se incólumes as fontes do respeito aos bens culturais, devolvendo à cidade, condizente com a sua titulação monárquica, o tributo de realeza de que pode sempre desfrutar.

REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. As Ciências Sociais e os modelos de cidade. In **Arquiteturarevista** Vol. 7, n. 1. 2011.
- BELTING, Hans. Por uma Antropologia da imagem. In **Concinnitas**, 2005.
- BOAVENTURA, Eurico Alves. **A paisagem urbana e o homem**: memórias de Feira de Santana. Organização e notas de Maria Eugênia Boaventura. Feira de Santana: UEFS, 2006.
- BOLLE, Will. Cultura, patrimônio e preservação – Texto I. In ARANTES, Augusto Arantes (org). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Biblioteca Folha, 1972.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 2002.
- CHAÚÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

- COSTA, Livia Gozzer. **Capitães da Feira e outras crianças**: a infância pobre e abandonada de Feira de Santana entre 1879 e 1945. Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2013.
- DOREA, Juracy. Feira de Santana: no calor das horas. In **Léguas e Meia**. Feira de Santana:UEFS, 2008.
- DURHAN, Eunice Ribeiro. Cultura, patrimônio e preservação – Texto II In ARANTES, Augusto Arantes (org). **Produzindo o passado**: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FREIRE, Luiz Cleber Moraes. **Nem tanto ao mar, nem tanto à terra**: agropecuária, escravidão e riqueza em Feira de Santana, 1850-1888. Feira de Santana: UEFS Editora, 2011.
- KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. In **ArtCultura**. v, 8, n 12. Uberlândia: 2006.
- KOSSOY, Boris. **Os tempos da Fotografia**: O efêmero e o perpétuo. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014.
- LONDRES, Cecília. **O patrimônio histórico na sociedade contemporânea**. 2005. Disponível em http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero01/FCRB_Escritos_1_7_Cecilia_Londres.pdf; Acesso em 12/12/2019.
- MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. In **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n °. 2, 1996.
- MENEZES, Ulpiano. Rumo a uma “História Visual”. IN **Versão 2** Departamento de História, FFLCH/USP, 2005.
- NORA, Pierre. Lugares de Memória. Projeto História. São Paulo, 1985.
- OLIVEIRA, Clovis Frederico Ramaiana Moraes. **Canções da cidade amanhecendo**: urbanização, memórias urbanas e silenciamentos em Feira de Santana, 1920-1960. Feira de Santana: UEFS, 2016.
- OLIVEIRA JÚNIOR, Alfredo Barbosa. **O desenho e as pedras...: arte funerária e memória no Cemitério Piedade de Feira de Santana, 1850 - 1940** / Alfredo Barbosa Oliveira Júnior. –, 2019.
- OLIVEIRA, Sandra Nivia Soares de. **Um modelar estabelecimento de ensino**: o Colégio Santanópolis na cidade de Feira de Santana (1934-1959). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação Em Educação, 2014.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. In **Cadernos do LEPAARQ** – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio, Pelotas, RS: Editora da UFPEL, 2005a.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidade sensíveis, cidades imaginárias. In **Revista Brasileira de História**, 2005b.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. In **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: 1995, n. 16.
- POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Editora Itapuã, 1968.
- RAMOS, Cristiana Barbosa de Oliveira. **Timoneiras do bem na construção da cidade princesa**: mulheres de elite, cidade e cultura (1900-1945). Programa de Pós-Graduação em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional. Dissertação de Mestrado. Santo Antônio de Jesus. BA: UNEB, 2007.

ROLNIK, Rachel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

QUEIROZ, Lilian Quelle S. de.; PORTO, Adaurly Santana Marques. Patrimônio edificado enquanto História da cidade de Feira de Santana - Bahia. In **10º Mestres e Conselheiros**. Belo Horizonte: 2018.

REIS, Wagner Alves. **Agostinho Fróes da Motta**: trajetórias e conquistas de um homem de cor” em Feira de Santana (1856-1922). Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação de Mestrado. Feira de Santana: UEFS, 2012.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa** (tomo I). Campinas, São Paulo: Papirus, 2007.

SILVA, Aldo José Moraes. **Natureza São, Civilidade e Comércio em Feira de Santana**: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia (1833-1927). Programa de Pós-Graduação em História. Dissertação de Mestrado. Salvador: UFBA, 2000.